

A NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA –VERSÃO PRELIMINAR

Vitor Manoel Marques da Fonseca

Técnico do Arquivo Nacional; Presidente da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística / CONARQ

1 – INTRODUÇÃO

Boa parte do presente texto é igual à comunicação “A Norma Brasileira de Descrição”, apresentada durante o VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, realizado em Campos do Jordão, de 17 a 20/10/2005. Na ocasião, a Norma Brasileira de Descrição (NOBRADE) ainda não havia sido divulgada. Hoje, entretanto, o texto já está há alguns meses disponível no sítio do Arquivo Nacional e a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), por meio de alguns de seus membros, já realizou oficinas em várias partes do país apresentando-a e debatendo-a. Assim, este trabalho, além de divulgar a norma e suas características, mesmo porque até 31 de maio próximo é possível o envio de sugestões e comentários à NOBRADE, incorpora algumas reflexões sobre o esforço de divulgação e a reação que a comunidade profissional vem denotando à essa proposta.

2 – O CONTEXTO DA CRIAÇÃO DE NORMAS DE DESCRIÇÃO

A normalização da descrição arquivística em nível internacional toma grande impulso no final da década de 1980. Embora fosse aspiração antiga, nessa época a necessidade de normalização imposta pelo uso de computadores em arquivos se fazia sentir de maneira cada vez maior, ao mesmo tempo em que os progressos normalizadores da área da Biblioteconomia demonstravam as vantagens alcançadas quando trabalhos baseavam-se em procedimentos técnicos comuns. Alguns países como os Estados Unidos¹ e a Inglaterra² já haviam caminhado na direção de criação de normas de descrição para um uso mais amplo do que apenas uma instituição arquivística, mas vai caber ao Canadá, que então iniciava a elaboração de suas regras nacionais sob o patrocínio do National Council on Archives / Conseil National des Archives, a proposta encaminhada em 1988 ao Conselho Internacional de Arquivos (CIA) de elaboração de normas internacionais de descrição.

Naquela época, por mais que pareça incrível para as novas gerações, os computadores estavam acabando de chegar às instituições arquivísticas brasileiras – o Arquivo Nacional, que desde o início da mesma década sofria um processo de modernização institucional e

administrativa de grandes dimensões, e que já em 1985 havia se mudado para o prédio mais recente do conjunto arquitetônico da Casa da Moeda, dispunha em 1987 de apenas dois micro-computadores, um de uso pela equipe encarregada do MAPA (Memória da Administração Pública Brasileira) e outro pela Divisão de Administração. Na área de tratamento técnico, a base da chamada área-fim da instituição, o primeiro computador é adquirido em virtude do Projeto “Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão negra e do Negro na Sociedade Atual”, que recebeu recursos da Unesco e, principalmente, da Fundação Ford.

Havia, à época, uma grande preocupação dos profissionais da área com a questão da normalização da descrição e com o estabelecimento de alguns princípios fundamentais nessa área. Como no Arquivo Nacional, uma série de instituições arquivísticas, principalmente as estaduais e municipais, tinham a aspiração de possuir guias de fundos, que reunissem as informações coligidas sobre seus acervos, que garantissem aos pesquisadores informações seguras quanto aos fundos custodiados, que permitissem a disponibilização dos instrumentos existentes e a elaboração de estratégias e planos de ação para arranjo e descrição de fundos sem nenhum tratamento técnico e até dos recolhimentos que deveriam ser priorizados.

O Guia de África ajudou muito nesse sentido. Para a realização do trabalho, havia sido constituída uma rede de monitores, quase sempre funcionários dos arquivos estaduais. Treinamentos desses monitores foram realizados no Rio de Janeiro e nas capitais de todos os estados. Os monitores, por sua vez, ao visitarem as instituições e demais cidades de seu estado, funcionavam como elementos de divulgação e discussão da estrutura de descrição do Guia, bem como da importância da realização desse tipo de instrumento de pesquisa.

O resultado é que, findo o Guia de África, várias instituições, principalmente arquivos estaduais, realizaram seus guias com a mesma estrutura de descrição e até o Arquivo Nacional elabora o seu guia, infelizmente até hoje não publicado, em 1990. Princípios que seriam depois proclamados como basilares pela Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, a ISAD(G), como o da descrição do geral para o particular, a estrutura básica de informação e até a recuperação de alguns tipos de dados, como os relativos a tratamentos anteriores e à origem do acervo, que mais tarde constituiriam na ISAD(G) história arquivística e procedência, já eram previstos.

Internacionalmente, já em 1989, especialistas de vários países se reúnem em Paris e fica decidida a criação de uma comissão específica para, no âmbito do CIA, realizar tal tarefa³. A primeira reunião da Comissão ocorrerá em 1990, na Alemanha, congregando

especialistas do Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Malásia, Portugal e Suécia, grupo que dois anos mais tarde recebeu a inclusão de um representante da Austrália.

O primeiro trabalho final do grupo foi a elaboração da norma para descrição de documentos arquivísticos ISAD(G)⁴, publicada em 1994. Em 1996 é lançada a norma ISAAR(CPF)⁵, que o grupo vê como complementar à primeira, uma vez que regularia a descrição do produtor, entidade fundamental para o contexto dos documentos descritos.

Interessa observar que a ISAD(G) sistematizava como norma geral, para documentos de todo o suporte, procedimentos metodológicos já utilizados, bem como criava com seus elementos de descrição a possibilidade de registro mais eficiente de informações que tradicionalmente já eram, vistas como importantes.

Em 1996, durante o Congresso Internacional de Arquivos ocorrido em Pequim, a Comissão *ad hoc* é transformada em Comitê de Normas de Descrição (CND), passando a integrar formal e permanentemente a estrutura do CIA. Na ocasião, sua composição é alterada e o Brasil é convidado a designar um representante. O representante brasileiro passa então a integrar o CND, cuja principal tarefa à época era realizar a revisão e promover a segunda edição da norma ISAD(G).

A norma ISAD(G) não era conhecida no Brasil. Não havia sido impressa no Brasil e a única tradução em português existente havia sido publicada integrando um número dos Cadernos BAD, da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, com pequena circulação em nosso país. A necessidade de participar do processo de revisão impunha então, como primeira coisa a fazer, traduzir a norma e divulgá-la o mais possível. O Arquivo Nacional assume essa tarefa e em início de 1998 há uma primeira edição brasileira das normas internacionais, que é gratuitamente distribuída no país, além também de se aproveitar e, até mesmo, criar eventos para discuti-las, principalmente a ISAD cuja revisão internacional se iniciava.

A participação do Brasil no processo de revisão da ISAD(G) foi extremamente proveitosa. Ganhou a norma ao incorporar uma visão crítica mais afastada dos grandes centros de discussão arquivística e com experiências diferenciadas em termos de tradição e situação tecnológica⁶, ao mesmo tempo em que ganhou a comunidade profissional brasileira ao ter um contato mais amplo e constante com preocupações dos colegas de outros países⁷, além de aumentar sua reflexão sobre a própria ISAD(G)⁸. As mesmas vantagens ocorreram quando da revisão da ISAAR(CPF), esta realizada entre 2000 e 2004.

3- A CÂMARA TÉCNICA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A ISAD(G), exatamente por pretender ser internacional, aplicável a todos os tipos de materiais arquivísticos, utilizável tanto em sistemas manuais quanto automatizados de descrição, tem um alto grau de generalidade, definindo apenas a macroestrutura da descrição, deixando a decisão quanto a uma série de procedimentos concretos para outros âmbitos, nacionais ou mesmo institucionais. Daí a insistência do CND sobre a necessidade de normas nacionais.

Findo o processo de revisão da ISAD(G), sua tradução e publicação pelo Arquivo Nacional⁹, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), pela portaria n. 56, de 30/9/2001, constituiu a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), com o mandato específico de criar normas que, aprovadas pelo CONARQ, constituíssem procedimentos comuns a todas as instituições arquivísticas brasileiras. O grupo incorporou membros de diversas partes do país¹⁰, embora não na proporção desejada, uma vez que a ocorrência de reuniões exige dispêndios que a maior parte das nossas instituições não pode suportar. Mais tarde, para tentar fomentar grupos de discussão em todo o país e aproveitar as diferentes tradições profissionais e experiências, foi criada a figura do membro correspondente, sendo solicitado a todos os arquivos estaduais convidados a sugestão de um técnico para essa função, além de terem sido convidados técnicos de outras instituições que já utilizavam a ISAD(G)¹¹.

Ainda que se pretendesse trabalhar o máximo possível por correio eletrônico, a verdade é que o encontro do grupo como um todo foi sempre vital – além do debate ao vivo dar maiores oportunidades para a apresentação e solução de dúvidas, o fato dos membros terem, além da participação na CTNDA, inúmeras funções e responsabilidades, deu especial importância aos dois ou três dias seguidos em que, no Rio de Janeiro, ocorreram as reuniões plenárias. Como essas ocasiões envolvem custos de passagem e estadia para os membros de outras cidades, o que foi algumas vezes assumido pela instituição do membro, outras, pelo Arquivo Nacional, essas reuniões terminaram por ser duas ou no máximo três num ano. Na tentativa de agilizar o trabalho e economizar recursos, definidas as grandes diretrizes acerca de uma dada tarefa, muitas vezes a redação inicial foi realizada pelo grupo dos membros residentes no Rio de Janeiro, sendo o resultado desse trabalho passado ao grupo todo para aprovação.

A primeira atividade realizada pela CTNDA foi a realização de uma pesquisa acerca do conhecimento e uso de normas e procedimentos normalizados de descrição pelas instituições arquivísticas do país. Foi elaborado e enviado um questionário, junto com o

exemplar da versão brasileira da ISAD(G), para 385 entidades. O número de respostas foi baixo, mas verificou-se a existência de um bom número de informantes com conhecimento da norma ISAD(G), indicando que a política de sua divulgação havia logrado êxito.

Ao mesmo tempo em que se iniciou o debate acerca das normas nacionais, a CTNDA considerou importante, tanto para seus membros quanto para os profissionais da área, poder dispor de uma bibliografia atualizada sobre descrição arquivística, possibilitando assim identificar textos e os lugares em que poderiam ser obtidos, de modo a ampliar a discussão com inquietações e experiências de diferentes origens. Esse trabalho foi publicado em 2004¹², relacionando obras recentes relativas ao tema em diversas línguas, recenseadas em doze bibliotecas, quatro no Brasília, três em Curitiba, quatro no Rio de Janeiro e uma em São Paulo. Foi distribuído para instituições arquivísticas e cursos de Arquivologia e áreas afins de todo Brasil, esperando-se contribuições para uma eventual atualização da publicação eletrônica.

4- A NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO VERSÃO 1

A Norma Brasileira de Descrição versão 1 (NOBRADE1) está pronta e desde o início de 2006 está disponível para leitura e *download* no sítio do Arquivo Nacional para ser divulgada e debatida¹³. Baseada nas normas internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF), a NOBRADE1 inova em alguns momentos, incorporando preocupações mais comuns entre profissionais brasileiros, ainda que, ela também suponha outros níveis complementares de normalização, seja por área de instituições arquivísticas, seja em cada instituição individualmente.

Seus pressupostos básicos são os mesmos da ISAD(G): descrição multinível, normas flexíveis tanto para uso em sistemas automatizados quanto manuais e liberdade para formatos de descrição em instrumentos de pesquisa. A obra tem uma estrutura semelhante às normas internacionais de descrição, com uma introdução, um glossário, que define os termos em função de seu uso na própria norma, a apresentação de cada uma das áreas e de seus elementos de descrição e a bibliografia. Pretende-se que tenha também um índice, facilitando o acesso às informações pretendidas.

A NOBRADE1 tem 28 elementos de descrição dispostos em oito áreas, ou seja dois elementos e uma área a mais do que a ISAD(G). A nova área é dedicada a pontos de acesso e indexação de assuntos, e os dois novos elementos são um para anotação do estado de conservação da unidade de descrição, questão extremamente importante para as entidades

custodiadoras, que necessitam desse tipo de informação para gestão técnica e programação de trabalho, e outro para indicação dos pontos de acesso eleitos e termos de indexação arbitrados.

Alguns dos elementos de descrição possuem subelementos, como data(s), que se subdivide em data(s) tópica(s) - lugar(es) - informação muitas vezes fundamental quando se está descrevendo alguns tipos de documentos, por exemplo, correspondência, e data(s) crônica(s), relativa ao tempo. Além disso, foram mantidos três apêndices, o primeiro com um modelo de níveis de descrição, incluindo o nível zero (0), para descrição do acervo total de uma entidade custodiadora, um outro, igual ao apêndice A-2 da ISAD(G), mostrando possíveis relações entre descrições de documentos e registros de autoridades arquivísticas e, finalmente, o terceiro, com exemplos integrais de descrição em uma mesma cadeia hierárquica.

A estruturação da informação para cada elemento sofreu uma pequena alteração com relação às normas internacionais. Além do objetivo e da(s) regra(s) geral(is) aplicável(is), todo elemento de descrição possui comentários, em que são dadas informações sobre a importância do elemento e como funciona, contextualizando assim a proposta da norma para aquele elemento, e procedimentos, em que a(s) regra(s) geral(is) é (são) detalhadas. Só então são fornecidos exemplos, que identificam as instituições arquivísticas que os forneceram e também as unidades de descrição a que se referem. No caso da existência de subelementos, relacionam-se os procedimentos específicos.

Dos 28 elementos de descrição existentes, sete são obrigatórios, código de referência, título, data(s), especificamente a data crônica de produção, nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor(es) e condições de acesso. Os seis primeiros já eram considerados obrigatórios pela ISAD(G), e a decisão de declarar a obrigatoriedade das condições de acesso prende-se ao fato de se considerar que, muitas vezes, o intercâmbio de dados ocorre, freqüentemente, em níveis mais específicos de descrição, ou seja, processo / dossiê (nível 4) e item (nível 5), não podendo, portanto, se valer de uma informação que normalmente seria dada apenas nos níveis mais gerais (fundo / coleção, seção, série e subsérie, ou, de outra maneira, níveis 1, 2, 3 e 3.5, respectivamente).

5- AS EXPERIÊNCIAS DE APRESENTAÇÃO E TREINAMENTO NO USO DA NOBRADE 1

Para apresentar e discutir a NOBRADE têm sido utilizadas todas as oportunidades que se colocam para a CTNDA, além de se ter criado um modelo de oficina que foi implementado em cidades pólo do país.

No ano de 2005, além da apresentação no VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, foi incluído uma apresentação da NOBRADE em curso sobre normas de descrição que realizei em Santa Maria(RS), a convite do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria. Na mesma viagem, aproveitando o retorno via Porto Alegre, foi feita uma palestra sobre a NOBRADE, aberta ao público, no Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul.

Em março de 2006 alguns membros da CTNDA (Célia Costa, Cynthia Roncaglio, Georgete Medleg Rodrigues, Vítor Fonseca e Viviane Tessitore), que exercem atividades como professores se reuniram no Arquivo Nacional para preparar material didático para a realização de oficinas de divulgação da NOBRADE. Com base em material já utilizado por mim, elaboramos uma apresentação em *Power Point* e exercícios para os participantes. Além do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, foram convidados o Arquivo Público do Distrito Federal, o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, o Arquivo Público Estadual do Pará, o Arquivo Público Estadual de Pernambuco e o Centro de Documentação e Informação Científica Prof. Casemiro dos Reis Filho, da PUC/SP, para promoverem oficinas, arcando com a criação de infra-estrutura local e divulgação do evento entre seus correspondentes. Todas essas instituições, bem como aquelas às quais pertencem os instrutores, aceitaram com generosidade participar desse esforço de divulgação e recebemos um convite do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade de Londrina para realizarmos a mesma oficina lá.

No momento só resta realizar a oficina em Belém. Nas demais, atingiu-se cerca de 660, o que se somado às pessoas participantes de eventos em 2005 fará o número de pessoas treinadas na NOBRADE ultrapassar 700 profissionais ou estudantes da área. Se pelo menos parte dessas pessoas socializar em seus locais de trabalho e estudo as informações recebidas, podemos esperar que o alcance desse trabalho seja ainda maior.

Em alguns lugares a maior parte dos participantes conhecia a norma ISAD(G), em outros, principalmente quando eram pessoas que trabalham em arquivos correntes, essa situação se invertia. Houve uma opção da CTNDA no sentido de não usar as oficinas para registrar observações e sugestões, uma vez que desejamos que os comentários sejam, sempre que possível, a visão de um grupo e não de profissionais isolados, além de se desejar que, registrando-se as sugestões, se avance no sentido de refletir sobre elas.

6- PERSPECTIVAS FUTURAS DE TRABALHO

É possível que alguns técnicos considerem a NOBRADE1 muito prescritiva e detalhista, enquanto outros, certamente, cobrarão dela posturas mais firmes e decisões impositivas sobre problemas que são muitas vezes razão de intensos debates entre profissionais. A CTNDA responde a uns e outros afirmando ser difícil elaborar uma proposta de norma que discipline o que necessita ser disciplinado, mas ao mesmo tempo garanta a liberdade de cada instituição arquivística para lidar com sua realidade de acervo, de pessoal técnico e de tecnologia. Assim, a NOBRADE1 é uma proposta que precisa ser intensamente discutida pelos profissionais de todo o país, de modo que fiquem evidentes seus problemas para correção, da mesma forma que todos se apercebam das vantagens da normalização dos procedimentos descritivos.

No processo de discussão, a CTNDA se coloca à disposição para participar, com todos ou só alguns de seus membros plenos, de todo o tipo de evento que enseje uma discussão da norma proposta. Nesse processo, os membros correspondentes também têm um papel relevante, funcionando como elementos de divulgação da NOBRADE1 e catalisação do debate, enviando comentários e propostas para o CONARQ. Toda e qualquer rede profissional pode e deve assumir esse papel, seja as associações de arquivistas, os cursos de graduação e pós-graduação em Arquivologia, os diversos sistemas de arquivo existentes. Obviamente, profissionais que não tenham como integrar suas observações em documentos mais amplos, podem também encaminhá-las isoladamente.

Além do aperfeiçoamento e atualização da NOBRADE, outras normas também terão de ser criadas, como uma para registros de autoridade, bem como a aculturação de outras normas internacionais que por ventura surjam¹⁴. Outras questões conexas à normas também se impõem, entre as quais a principal é o estudo dos formatos codificados para intercâmbio de dados arquivísticos, sem os quais, ainda que disponhamos de descrições normalizadas, o intercâmbio de dados em nível nacional ou internacional ficará prejudicado pelas diferentes configurações que nossos sistemas de descrição possuam. A normalização é um processo que não tem fim, e nós estamos apenas no começo – assim, mãos à obra, o caminho se faz ao andar.

¹ Na década de 1970 foi lançado pela *Library of Congress* o Marc AMC, formato MARC específico para arquivos e manuscritos. Em 1983, Steven L. Hensen publica o *Archives, personal papers and manuscripts: a*

cataloguing manual for archival repositories, historical societies and manuscripts, que ficou conhecido pela sigla APPM.

² A primeira edição do *Manual for archival description* de Michael Cook e Margaret Procter foi lançada em 1986.

³ A importância do Canadá nesse processo foi tamanha que os dois primeiros secretários executivos da Comissão *ad hoc* e, de depois, do Comitê de Normas de Descrição (CND) foram os canadenses Hugo Stibbe e Kent Haworth. A ligação desse país com a questão da normalização permanece, e a Seção de Normas Profissionais e Melhores Práticas, que na atual estrutura do CIA veio a suceder ao CND, tem como presidente Marion Beyea, presidente do Comitê de Normas do National Council on Archives / Conseil National des Archives.

⁴ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *ISAD(G)*: General international standard of archival description. Ottawa: Secretariat of the ICA Ad Hoc Commission on Descriptive Standards. p.

⁵ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *ISAAR(CPF)*: International standard archival authority record for corporate bodies, persons and families; proposed by the Ad Hoc Commission on Descriptive Standards, Paris, France, 15-20 November 1995. Final ICA approved version. Ottawa, 1996. p.

⁶ Uma das contribuições foi a assunção de que a *ISAD(G)* poderia ser usada tanto na descrição de fundos quanto de coleções, o que passou a ser expressamente declarado na segunda edição.

⁷ A partir de 1998, o Arquivo Nacional promoveu um seminário internacional e dois cursos sobre descrição arquivística, além de, aproveitando a reunião do CND durante o seminário ibero-americano de arquivos, em 2003, ter patrocinado também um curso sobre a experiência australiana com documentos eletrônicos.

⁸ O mesmo ocorreu com a norma *ISAAR(CPF)*, embora nesta comunicação essa experiência não seja analisada.

⁹ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G)*: Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 110 p.

¹⁰ O grupo inicial tinha representação do Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. Essa configuração foi alterada pela saída de membro efetivo e passagem para membro correspondente da representante de Minas Gerais.

¹¹ Para maiores informações sobre a CTNDA, pode-se consultar sua sub-página, integrante daquela do CONARQ.: www.arquivonacional.gov.br/conarq/cam.tec.norm.arq/

¹² Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística. *Descrição arquivística: referências bibliográficas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 50 p. Disponível para *download* em: <www.arquivonacional.gov.br/conarq/cam.tec.norm.arq/index.asp>

¹³ A NOBRADE1 acha-se disponível em www.arquivonacional.gov.br e tem como endereço específico para o envio de comentários e sugestões normdesc@arquivonacional.gov.br.

¹⁴ A Seção de Normas Profissionais e Boas Práticas, que sucedeu ao Comitê de Normas de Descrição a partir do Congresso Internacional de Arquivos, Viena, 2004, iniciou os trabalhos para elaboração de uma norma para registro de atividades e funções, partindo do pressuposto teórico que as atividades e funções são parte fundamental do contexto de produção dos documentos de arquivo.